

TRADIÇÃO, NOVOS TEMPOS, NOVAS IDÉIAS - GESTÃO 2016-2019

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) DO SINDISEAB. Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, no Hotel Condor localizado na Avenida Sete de Setembro, 1866, Centro – Curitiba/PR, conforme edital de convocação, deu-se início às 07:30h em primeira convocação, e às 08:00h em segunda convocação, conforme determina o estatuto do SINDISEAB. A AGO foi iniciada às 08:00h, em segunda convocação, pelo Presidente do SINDISEAB Donizetti Aparecido Rosa da Silva, com a presença de diretores e demais filiados, conforme lista de presença, para deliberar as ordens do dia, como segue a pauta: 1) análise de conjuntura econômica/política de retiradas de direitos, e atrasos no pagamento de promoções e progressões dos servidores e das servidoras; 2) avaliar e deliberar sobre o indicativo de greve, tendo em vista as ameaças de não pagamento da data base, prevista para janeiro e maio de 2017; 3) ratificação/ajuste e deliberação sobre a pauta de reivindicação para o ano de 2016/2017; 4) definição do plano de lutas e ações/calendário básico de atividades para o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017; 5) procedimentos quanto às ações judiciais, e deliberação sobre novas ações judiciais coletivas a serem propostas pelo SINDISEAB. O Presidente Donizetti Aparecido Rosa da Silva deu início à AGO, cumprimentando os presentes, dando boas vindas a todos, e seguindo a pauta, iniciou os debates sobre 1) análise de conjuntura, convidando a representante da CUT Regina P. Cruz a fazer uso da palavra, que avaliou momento político nacional com abordagens sobre o PL 257/16, PEC 241 e PL 4330 - que terceiriza as relações de trabalho. Apelidado pelas centrais sindicais como o "PL da Escravização", pois acarretam grandes perdas aos trabalhadores. O representante do FENASEPE, Renilson de Oliveira, saudou os presentes e apresentou os objetivos e planos de luta da FENASEPE, afirmou que a situação e os problemas dos funcionários públicos estaduais são os mesmos e que devemos nos unir, que é preciso representação dos funcionários públicos a nível federal, e ao final propôs que o SINDISEAB se filie ao FENASEPE. Arnaldo Vicente, do Fórum Estadual das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná (FES), analisou sobre a situação dos funcionários frente ao governo do Estado do Paraná, realçando a necessidade de união dos servidores. Por último, Cid Cordeiro, assessor econômico do SINDISEAB, explicou em detalhes o PL 257 - que limita os investimentos nos serviços públicos estaduais por dois anos, que trata das dívidas dos Estados e medidas que penalizam os funcionários públicos, mudanças na aposentadoria, limite no teto das aposentadorias e elevação dos descontos de 11% para 14%, e o governo teria que refazer o regime jurídico dos funcionários públicos com a extinção dos quinquênios e anuênios, e mudar novamente a lei da data base e não pagamento do reajuste e/ou progressão/promoção em janeiro/2017; por fim explanou sobre a PEC 241 - que altera a constituição desindexando os percentuais da receita da União, estados e municípios para investimento em saúde e educação, congelando por 20 anos. O presidente do SINDISEAB deu início aos debates, e acrescentou que todos os inscritos teriam um tempo de 3 minutos com tolerância de mais um minuto para falar sobre os temas constantes dos itens da pauta. Tomando a palavra, Claudia argumentou que faltam condições para o funcionário do IAP debater e desempenhar suas funções na instituição, e pede ajuda ao SINDISEAB para enfrentar as perseguições e ameaças das chefias. Também pede que o SINDISEAB crie condições para debater estas questões nos locais de trabalho. Adianta que a conjuntura nacional/estadual está cerceando dos funcionários e que precisamos nos organizar. O golpe é contra a democracia, contra os trabalhadores. Benedito Eugenio dos Santos

TRADIÇÃO, NOVOS TEMPOS, NOVAS IDÉIAS - GESTÃO 2016-2019

Padilha afirma que precisamos fazer do SINDISEAB uma instituição democrática, e pede que os requerimentos da oposição sejam atendidos. Em resposta, o Presidente Donizétti Aparecido Rosa da Silva reafirmou estar à disposição na Secretaria Geral modelo de requerimento próprio para solicitação por escrito, e que todos os requerimentos endereçados à Direção do SINDISEAB - Gestão 2013-2106 serão atendidos, mas que, quanto à assembleia, os debates tem que se aterem aos itens de pauta da Assembleia Geral Ordinária. Carmem Leal tomou a palavra e afirmou que precisamos de unidade na luta, competência para levar as lutas e pede respostas aos requerimentos protocolados pela oposição. Heitor Rubens Raymundo pergunta pela organização dos trabalhadores para enfrentar a situação política estadual e nacional, pergunta ainda sobre a situação atual dos enquadramentos dos funcionários, o plano de cargos e salários. Acrescenta que o grupo Resistência questiona o resultado da recente eleição para a nova gestão do SINDISEAB, que o vai questionar no judiciário, e propõe até desfiliação do SINDISEAB. O advogado Jackson Sponholz, assessor jurídico do SINDISEAB, destacou a importância das Estruturas Constitucionais do Estado como para a organização da sociedade e que os funcionários públicos são a materialização das funções do Estado para servir a população através das políticas públicas. O funcionário público é o elo mais importante do Estado, pois é através dele que as ações do Estado se concretizam. Afirmou também que o funcionário público tem que ter perspectivas salariais para suas necessidades individuais e familiares. Elci Terezinha Veiga Costa, Vice-Presidente do SINDISEAB perguntou sobre a realidade política do Brasil. Jackson Sponholz respondeu que todos os poderes da república do Brasil estão desvirtuados de suas funções, que temos uma crise institucional. Ronie Von Ramos de Assis questiona os direitos e obrigações dos funcionários, e exemplifica o que acontece com os funcionários quando ocorrem acidentes de carro, que mesmo não sendo motorista por profissão tem que pagar o concerto do carro. O Advogado Jackson respondeu que tem que haver processo interno, com apuração de responsabilidade administrativo e criminal, se houver, salientando que se configura uma situação de precarização do trabalho. Donizetti Silva, presidente do SINDISEAB, iniciou os debates sobre o item de pauta, deliberação sobre: 2) indicativo de greve. Explicou que o indicativo de greve é uma orientação geral do FES para todas as Entidades Sindicais e categorias dos funcionários estaduais do Paraná contra as ameaças do Governo Beto Richa, que através de seu Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, afirmou que não vai ter reajuste para o funcionalismo público em janeiro de 2017. Após manifestação de vários funcionários, a proposta de indicativo de greve foi aprovada por maioria dos presentes, verificando-se ainda um voto contrário e duas abstenções. 3) ratificação/ajuste e deliberação sobre a pauta de reivindicação para o ano de 2016/2017. O presidente Donizétti Aparecido Rosa da Silva sugeriu que a pauta de 2015/2016 seja mantida, já que continua atual e faz parte das demandas de reivindicação da base sindical do SINDISEAB. Ana Marcia Altoe Nieweglowski enumera itens na pauta de reivindicação: luta pela manutenção da data base, denuncia de assédio moral, perda de função das atividades do meio ambiente, terceirização (ilegais), excesso de cargos de livre provimento, desvio de função, apoio às atividades institucionais dos funcionários da SEMA, que estão sendo retiradas das atividades da SEMA, discutir isso dentro de cada órgão e das secretarias SEAB e SEMA. Laura Jesus de Moura e Costa acrescenta melhores condições de trabalho, carros quebrados, falta de uma política de educação ambiental ativa, ter uma política de meio ambiente para o meio ambiente,

TRADIÇÃO, NOVOS TEMPOS, NOVAS IDÉIAS - GESTÃO 2016-2019

carregar a GEE integral na aposentadoria depois de 5 anos, promoções progressões em atraso, que já está atrasado uma progressão. Jose Carlos Salgado argumentou que ações judiciais dos funcionários contra o governo, dependendo do valor monetário da ação, pode se recorrer ao juizado de pequenas causas cujo andamento é mais célere, não sendo inscrito em precatórios que para serem pagas fica dependendo da boa vontade do Governo de plantão. 4) definição do plano de lutas e ações/calendário básico: Donizétti Aparecido Rosa da Silva argumentou que a diretoria irá construir um calendário de acordo com as demandas das outras secretarias de estado que estão na base sindical do SINDISEAB. Aprovado por unanimidade. 5) procedimentos quanto às ações judiciais, e deliberação sobre novas ações judiciais coletivas a serem propostas pelo SINDISEAB. Informou-se aos associados e representantes sindicais que, registrada a ata da nova diretoria para a gestão 2016-2019, a entrada com as ações judiciais que visam o abono permanência, progressões por titulação e antiguidade vencidas e a vencer no triênio de 2016-2019, terço de férias, diferença salarial, GEEE para novos contratados, ação de enquadramento/disfunção e de substituições de cargos comissionados e funções gratificadas por ocasião de afastamento dos titulares, aguardam a autorização por maioria dos associados presentes na assembleia, acolhendo-se orientação da assessoria jurídica, quanto a necessidade de, a partir do registro da ata de posse da nova direção do sindicato junto ao cartório, passar a seguir a formalidade de deliberação para entrada com novas ações judiciais, que deve se dar somente por meio de autorização por maioria de votos em assembleia geral ordinária do SINDISEAB. Também foi esclarecido que qualquer associado pode submeter propostas de ações judiciais para análise da assessoria jurídica do sindicato. A proposição da ação, está condicionada ao estudo da viabilidade e possibilidade de êxito da causa. Depois de explicar os motivos para autorizar as ações judiciais, foi colocada em votação a autorização. Por unanimidade dos presentes foi autorizado a Diretoria Executiva a outorgar mandato aos assessores jurídicos do sindicato para submeterem as seguintes ações judiciais: 1) abono permanência; 2) progressões por titulação e antiguidade vencidas e a vencer no triênio de 2016-2019; 3) terço de férias; 4) diferença salarial; 5) GEEE para novos contratados; 6) enquadramento/disfunção; 7) substituições de cargos comissionados e funções gratificadas por ocasião de afastamento dos titulares. Por fim, Donizetti Silva, quanto a Ação Judicial nº 27.915, fez os devidos esclarecimentos e solicitou que integrantes da ação enviem as procurações e demais documentos, pois a ação foi ganha pelo SINDISEAB, estando em fase de execução. Não foi protocolado nenhum requerimento solicitando esclarecimento de quaisquer assunto, durante a realização da assembleia. Nada mas havendo a discutir e deliberar, encerrou-se a Assembleia Geral Ordinária, e eu, Temístocles Santos Vital, Secretário Geral, lavrei a presente ata que vai também subscrita pelo presidente Donizetti Aparecido Rosa da Silva. Curitiba, 26 de agosto de 2016.

Donizétti Aparecido Rosa da Silva
Presidente - Gestão 2016-2019

Temístocles dos Santos Vital
Secretário Geral - Gestão 2016-2019